

JAIME GAMA

DISCURSO DE ENCERRAMENTO

Meus Senhores,

No encerramento desta conferência, tenho a honra de sublinhar a importância dos debates aqui travados e o alto significado deste seminário. Não só pelo tema escolhido — o das relações transatlânticas do ponto de vista dos Estados Unidos, de Portugal e da Espanha —, não só pela sua realização em Portugal, não só pela conjuntura específica em que o encontro decorreu — e aqui refiro particularmente a adesão da Espanha à Aliança Atlântica —, mas sobretudo pela qualidade dos participantes, este seminário marcou uma etapa decisiva numa reflexão que a todos os títulos deve continuar.

As relações transatlânticas, encaradas no quadro de uma aliança marítima e atlântica, têm a ganhar em ser reflectidas num país como Portugal, visto que Portugal detém posições geoestratégicas que o situam no coração da Aliança e no eixo da solidariedade real entre os seus membros e componentes. As relações transatlânticas não devem ser encaradas de um ponto de vista unilateral: nem de um ponto de vista exclusivamente norte-americano, nem de um ponto de vista exclusivamente europeu. É atendendo às duas componentes, norte-americana e europeia, das relações transatlânticas que se fortalece a unidade essencial da nossa Aliança. Por isso a temática das relações transatlânticas não deve significar a projecção de interesses de apenas um dos elementos da Aliança ou de um grupo restrito de elementos da Aliança sobre o interesse global. A este propósito convém examinar com rigor o verdadeiro sentido com que esta problemática é por vezes encarada, quer em função de certos complexos europeus, quer em função de certa arrogância dos nossos aliados norte-americanos. Foi assim no passado, não deve ser assim no futuro. E Portugal está bem colocado para uma percepção adequada desta situação, visto que, sendo um país essencialmente atlântico, tem igualmente uma forte componente de incidência europeia.

É salutar um reequilíbrio na temática do debate euro-americano e na essência de um pacto atlântico no seu aspecto substantivo e

não na sua aparência formal. Isso passa pelo reequilíbrio das relações euro-americanas. A autonomia dos interesses europeus no contexto da Aliança é hoje um dado em progressão que não pode ser ignorado. Não se trata de alcançar sequer uma autodeterminação geoestratégica da Europa, mas de afirmar o papel crescente da componente defesa e segurança na construção da Europa, construção essa que se não deve restringir aos seus aspectos económicos, sociais ou meramente políticos. E só através de um reforço da autonomia dos interesses europeus, nomeadamente no terreno geoestratégico, será mais efectiva a solidariedade da Aliança Atlântica. Ou seja, a solidariedade entre, por um lado, uma Europa reassumida perante os deveres da sua defesa e os imperativos da sua segurança e, por outro lado, os nossos parceiros do Canadá e dos Estados Unidos. Na conjuntura presente, caracterizada por um reforço substancial dos potenciais soviético e do Pacto de Varsóvia, torna-se imperioso agir com coerência e adoptar métodos de co-responsabilização nas tomadas de decisão, e não só na partilha dos riscos. O antagonismo entre argumentos eleitorais e políticas reais, as oscilações de análise quanto à realidade da balança militar e o movimento pendular entre o alarmismo ou o triunfalismo quanto à consistência da ameaça soviética não garantem credibilidade na liderança efectiva da nossa Aliança. Por outro lado, é hoje claro para todos nós que os interesses ocidentais excedem, isto é, não correspondem automaticamente, aos interesses de apenas um dos membros da Aliança, seja ele qual for, seja qual for a sua dimensão, seja qual for o seu potencial, visto que a Aliança se consolida com as contribuições diversificadas e complementares de todos os seus membros e se solidifica em eficácia através da prática reiterada do processo de consulta mútua.

O tema mais específico desta conferência foi a análise da problemática da segurança na área regional constituída por Portugal e pela Espanha, a que eu acrescentaria Marrocos, no contexto das relações transatlânticas. As componentes e as projecções desta área têm a ver com uma realidade atlântica, europeia, mediterrânica, norte-africana, e, ainda, pelas suas implicações diplomáticas, históricas, políticas e até económicas, africana e latino-americana.

É uma área com diversos potenciais que não ganha nem em ser abstractamente uniformizada nem em silenciar alguns atritos existentes, e para cuja resolução se tem que abrir pistas de solução negociada. O reordenamento regional desta área do mundo deve ser assumido pelos próprios e não decidido por terceiros. Daí que se tenha, manifestamente, que condenar ou a exploração de rivalidades entre os Estados desta zona, ou o adiamento na resolução de pontos sensíveis, ou a prática de uma ajuda militar desequilibradora entre os Estados da área. É através de uma prática leal de diálogo entre os três Estados desta área — Portugal, Espanha e Marrocos — que prioritariamente devem ser alcançados níveis de

estabilidade regional e cooperação nesta sub-zona regional do flanco sul da Aliança Atlântica.

Foi versado nesta conferência o tema sensível para nós portugueses da entrada da Espanha na Aliança Atlântica, neste momento nas estruturas políticas, posteriormente nas estruturas militares aliadas. A nosso ver, trata-se, com esta entrada, de reforçar globalmente a Aliança no contexto das relações internacionais, embora se possa admitir que não seja esta a única forma de a Espanha partilhar o seu grau de responsabilidade no mundo ocidental.

É para nós motivo de profunda reflexão, apreciação e análise a forma como têm as autoridades espanholas fomentado as suas opções neste terreno, como as Forças Armadas espanholas se têm integrado no processo de consolidação da democracia em Espanha e encaram o problema da entrada do país vizinho na NATO, mantendo ainda igualmente dificuldades que decorrem da situação vivida no País Basco com o terrorismo, da problemática das Canárias, do seu relacionamento especial com o continente africano, das cidades espanholas de Ceuta e Melilla, e de Gibraltar. As relações entre a Espanha, os países árabes, o Mediterrâneo, a América Latina e Portugal naturalmente que deverão estar presentes no processo de adesão da Espanha à NATO.

Trata-se para nós portugueses de um problema aonde estão em causa a distribuição de áreas de influência e a partilha de responsabilidades entre vários países após a descolonização e após a implantação de regimes democráticos. Naturalmente que nos dois países existentes na Península Ibérica se colocam prioritariamente questões que têm a ver com as ameaças nacionais a cada um dos Estados, depois questões que têm a ver com a partilha das funções entre os dois países na defesa aliada, quer na sua componente aérea, quer na sua componente naval, quer na sua componente terrestre. Não é um problema que se reduza à temática simplificada do comando unificado ibérico, mas tem a ver com as relações entre os Estados da área na nova situação que se verificará após a integração da Espanha na Organização do Tratado do Atlântico Norte. Sendo certo para nós portugueses que o triângulo estratégico português, constituído pelo território continental e pelas regiões autónomas da Madeira e dos Açores, dada a sua densidade estratégica, não se dilui no espaço alargado da Península Ibérica.

A integração da Espanha na NATO deve, de resto, conforme espero e desejo, ser um factor de reforço da estabilidade nesta zona do flanco sul da Aliança, e nunca o contrário. Para que a estabilidade regional se verifique, se fomente e se desenvolva nesta área, é necessário sublinhar que o território de Portugal não deverá ser encarado como mera logística para operações de desdobramento rápido ou de projecção de forças a longa distância. E, sobretudo, não poderemos aceitar que semelhante conceito se projecte sobre esta

área numa óptica de alternância manipulada entre Portugal, a Espanha e Marrocos. A Organização do Tratado do Atlântico Norte pressupõe como dado a defesa aliada, tem como componentes também a defesa europeia, a segurança regional e a defesa nacional, e os pequenos países têm um contributo muito válido a dar na perspectiva dos interesses globais da Aliança. Daí que se me afigure claramente que Portugal não quer ser, no quadro das missões aliadas, dois porta-aviões fixos e um cais de desembarque, nem uma área subalternizada face a qualquer **gendarme** regional, nem uma mera testa de ponte do transporte transatlântico, nem ainda uma zona recuada e objectivamente neutral do teatro europeu. Tal situação de inferioridade não se coaduna com a nossa vocação face ao grau que pretendemos fixar para a nossa co-responsabilização nos parâmetros da defesa aliada.

A bem dizer, Portugal, embora pertença desde o início à Aliança Atlântica, no plano da inserção política e militar, ainda não é um verdadeiro país membro da NATO. Está por determinar se a entrada de Portugal na Aliança não se relaciona como contrapartida de facilidades bilaterais concedidas a um dos membros da Aliança no final da Segunda Guerra Mundial. E, na verdade, os acordos bilaterais existentes no plano militar entre Portugal os Estados Unidos, Portugal e a República Federal da Alemanha, Portugal e a França, são mais efectivos no plano bilateral das missões de cooperação militar e de defesa do que responsabilidades assumidas no plano de obrigações multilaterais no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A deficiente modernização das Forças Armadas Portuguesas, a ausência de participação efectiva de militares e civis portugueses nas estruturas NATO, a reduzida função do COMIBERLANT e a não atribuição de missões NATO a áreas significativas dos nossos sectores aéreo, naval e terrestre justificam plenamente a afirmação que acabei de proferir.

No âmbito destas conferências, naturalmente, surge a tentação de dilatar a lógica dos espaços e de contrair o povo quanto à própria história; e não é em absoluto aceitável a indiferença com que por vezes a visão globalizante da geoestratégia ignora ou subalterniza a própria identidade dos povos e dos Estados. Uma certa ignorância acerca deste facto não é boa conselheira na definição rigorosa dos parâmetros no terreno da geopolítica e da geoestratégia. Efectivamente, Portugal é um país com oitocentos anos de história como Estado independente, construído no tríplice vértice do combate contra a presença muçulmana na Península, da autonomia e independência perante o centralismo de Castela e da expansão marítima, que teve as suas projecções insulares atlânticas, norte-africanas, na Índia e na Ásia, depois no Brasil, e finalmente em África, e é à luz desta

realidade histórica do Estado português e da sua realidade actual que se colocam algumas questões:

Em primeiro lugar, qual é a nossa ameaça global, regional e nacional. Em segundo lugar, qual a nossa função e a nossa missão em termos de defesa nacional, estabilidade regional e de participação nas responsabilidades da defesa aliada. Em terceiro lugar, qual o sistema político e o sistema de decisão mais ajustado para produzir uma política de defesa nacional consistente e coerente. Em quarto lugar, qual o sistema de forças mais ajustado ao cumprimento dessas tarefas no plano nacional, regional e das responsabilidades aliadas. E, em quinto lugar, qual o programa de modernização do dispositivo das nossas Forças Armadas em termos, por um lado, de responsabilidade nacional, e, por outro, de efectiva ajuda aliada. Quanto a este último ponto, gostaria de sublinhar que, em meu entender, não devem as transferências de material ditar o sistema de forças, a função estratégica, e condicionar desta forma a autonomia do país na assunção nacional da sua própria defesa, mas sim o contrário. Deve ser em nome de uma óptica nacional quanto à defesa do país que se deve determinar o conceito estratégico, o sistema de forças, e em seguida proceder à aquisição própria ou à aceitação das ajudas para modernizar o dispositivo.

Novos patamares de responsabilidade logística e no terreno das comunicações exigem transferências adequadas de meios de defesa para as forças nacionais, de modo a que o país possa assumir-se plenamente na protagonização das missões que lhe são atribuídas e na protecção da população que nele vive. No domínio do patrulhamento marítimo e da luta anti-submarina, é condição imperiosa da nossa participação adequada nas estruturas da OTAN que nos sejam facultados os meios para o exercício dessa responsabilidade. De resto, o esforço financeiro que o país faz em matéria de defesa nacional quer em percentagem do seu PIB, quer em percentagem do seu orçamento público, é superior ao esforço feito por bastantes países da Aliança Atlântica. Não somos a cauda da Aliança Atlântica em matéria de percentagem das despesas com a defesa, e na minha opinião é bom que tal aconteça.

Está a tornar-se necessário alterar a composição interna das nossas despesas militares, de modo a inverter as percentagens das despesas de pessoal e das despesas de equipamento. Através desta inversão, será possível efectuar uma programação a prazo, modernizar as nossas Forças Armadas e assumir plenamente as nossas responsabilidades no seio da Aliança.

A modernização das Forças Armadas portuguesas, essencial para a prossecução de uma política de defesa nacional e de estabilidade nesta zona do mundo, tem naturalmente que contar com a ajuda aliada, mas não exclusivamente com ela, visto que tem que

assentar também no esforço livre e conscientemente assumido pela nação portuguesa.

Concluiria as minhas reflexões com uma outra problemática. A Aliança Atlântica é uma aliança militar defensiva, e é também uma aliança política: visa a segurança colectiva e visa o estabelecimento de relações mais equitativas entre os Estados. Daí que pense ser adequado, numa reunião desta natureza, sublinhar a importância do momento que vivemos, onde se criam condições favoráveis para o prosseguimento de negociações, quer no terreno dos armamentos convencionais, quer no plano das armas nucleares de teatro de médio e longo alcance, quer agora também com vista à redução mútua e verificável dos armamentos estratégicos.

A filosofia da dupla decisão dos países da NATO, tomada em Dezembro de 1979 e assente na indissolubilidade dos princípios da defesa e da negociação, está a demonstrar que é uma linha de orientação adequada e certa. Naturalmente que me felicito com ela, visto falar nesta reunião na qualidade de socialista democrático e de português, que acredita no aperfeiçoamento crescente da ordem económica, social e política e também na história do seu país, na independência nacional, na construção da Europa sem a descaracterização das pátrias e das culturas e na solidariedade atlântica entre parceiros co-responsáveis pelos mesmos valores e pelo mesmo destino espiritual.

Estamos em Lisboa, estamos em Portugal, um país onde existe forte e larguíssimo consenso popular e político sobre a Aliança Atlântica e sobre a permanência de Portugal nessa Aliança, e onde existe uma jovem geração militar plenamente empenhada e motivada para a modernização das nossas Forças Armadas e para o cumprimento das missões que vierem a ser fixadas ao nosso país no quadro da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

O reordenamento democrático do país implica naturalmente o reordenamento da defesa nacional como um dos vectores prioritários de acção política. Através desse reordenamento serão plenamente satisfeitos os nossos compromissos políticos e militares com a Aliança.

A importância deste debate é sublinhada pela elevada qualidade dos seus participantes, pela presença, num clima de diálogo e em mesa-redonda, de qualificados estudiosos e responsáveis dos Estados Unidos, da Espanha e de Portugal; no fim desta reunião só me resta exortar o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais e o Institute for Foreign Policy Analysis, e todos os participantes, a prosseguir esta reflexão, a continuar o debate, e a caminhar através da discussão livre das ideias, pois só através dela a verdadeira solidariedade será uma realidade e não um **slogan**.

12 de Maio de 1982.